

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.323.914 - SP (2018/0163711-0)

RELATOR : **MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO**
AGRAVANTE : **BRAZIL CARGO SERVICES AGENCIAMENTO MARITIMO LTDA.**
ADVOGADOS : **RICARDO MOISES DE ALMEIDA PLATCHEK E OUTRO(S)** -
SC019659
BRUNO TUSSI - SP316994
AGRAVADO : **COMPANHIA SUD AMERICANA DE VAPORES S/A**
REPR. POR : **CSAV GROUP AGENCIES BRAZIL AGENCIAMENTO DE**
TRANSPORTES LTDA
ADVOGADOS : **JORGE CARDOSO CARUNCHO E OUTRO(S)** - SP087946
RIVALDO SIMÕES PIMENTA - SP209676
ALEXANDER CHOI CARUNCHO - SP320977

DECISÃO

1. Cuida-se de agravo interposto por **BRAZIL CARGO SERVICES AGENCIAMENTO MARÍTIMO LTDA** contra decisão que não admitiu o recurso especial manejado em face de acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assim ementado:

APELAÇÃO - AÇÃO ORDINÁRIA DE COBRANÇA - Cobrança de sobreestadia de contêineres Inaplicabilidade do Código de Defesa do Consumidor - Alegação de vício de consentimento para assinatura de termo de responsabilidade — Termo de responsabilidade assinado por despachante aduaneiro que possui poderes de representação — Inocorrência - Cobrança de sobreestadia que é praxe no âmbito das atividades de transporte marítimo - Apelante anuiu com a cobrança de 'demurrage' por meio de termo de responsabilidade de devolução de contêineres, pelo qual se depreende a sua ciência e aquiescência em relação à possibilidade de cobrança de taxas de sobreestadia - Não há vício de consentimento - 'Demurrage' que não tem natureza jurídica de cláusula penal, mas indenizatória, pelo descumprimento contratual - Ação procedente - Sentença reformada — Recurso provido.

Opostos embargos de declaração, foram rejeitados.

Nas razões do recurso especial, sustenta afronta aos seguintes dispositivos legais:

a) art. 22 da Lei nº 9.611/98 e art. 8º do Decreto-lei nº 116/67 - o prazo prescricional incidente sobre a cobrança de sobreestadia (*demurrage*) é de um ano, e não o quinquenal;

b) arts. 17 e 18 do CPC - ilegitimidade ativa, "*inexistindo qualquer disposição legal que permita ao mero 'detentor' o manejo de ação de cobrança de sobreestadia*" - fls. 585;

c) ats. 192, parágrafo único, 320, 321, e 373, I, do CPC - não consta nem

no ajuizamento da ação nem *"nos autos nenhum documento capaz de comprovar as efetivas datas de descarga e devoluções dos contêineres sob os quais a Recorrida pleiteia demurrage. Em sendo assim, não é possível comprovar a existência da sobreestadia e tampouco cobrá-la judicialmente"* - fls. 586;

d) arts. 171, II, e 421 do Código Civil - invalidade dos Termos de Responsabilidade de Sobreestadia de Contêineres, *"seja pela impossibilidade de modificação de suas cláusulas, pela coação quanto à assinatura ou pela inexistência de rubricas nas folhas que apresentam os períodos e valores"* - fls. 595;

e) art. 940 do Código Civil - *"a contratação de free time de 30 (trinta) dias aplica-se a todas as operações abrangidas nesta demanda, e não somente à operação envolvendo o conhecimento [de embarque] HBL nº PBNEFQ500"* - fls. 596;

f) arts. 413 e 480 do Código Civil - abusividade da cobrança dos valores a título de sobreestadia, devendo a penalidade ser reduzida, pois excessiva diante da obrigação principal;

g) art. 86 do CPC - Devem ser recalculadas as verbas sucumbenciais, tendo em vista que a recorrida sucumbiu em 10,33% do seu pedido, valor equivalente a US\$ 4,980.00 (quatro mil, novecentos e oitenta dólares americanos).

Apresentadas contrarrazões - fls. 619-642.

É o relatório.

DECIDO.

2. Quanto à tese de ilegitimidade ativa - arts. 17 e 18 do CPC (item **b** do relatório), apesar de o Tribunal de origem ter pontuado acerca das normas indicadas como afrontadas, o v. acórdão recorrido está assentado em mais de um fundamento suficiente para mantê-lo e a parte recorrente não cuidou de impugnar todos eles, como seria de rigor, quais sejam: **i) houve prestação do serviço; ii) celebrado contrato de comissão; iii) comprovados os conhecimentos de transporte; iv) a ré não nega que tenha se utilizado dos contêineres e nem extrapolado - e muito - o prazo contratado - fls. 525.**

Esses fundamentos permanecem inatacados nas razões recursais, subsistência essa que impõe o não conhecimento da pretensão recursal, a teor do entendimento disposto na Súmula nº 283/STF: *"É inadmissível o recurso extraordinário quando a decisão recorrida assenta em mais de um fundamento suficiente e o recurso não abrange todos eles"*.

Ainda que eventualmente afastado esse fundamento, outro incidiria, porquanto rever os fundamentos que ensejaram esse entendimento - e verificar os termos da prestação do serviço, o contrato de comissão celebrado, os conhecimentos de transporte e a ré não negar que tenha se utilizados contêineres e também extrapolado o prazo contratado - exigiria reapreciação do conjunto probatório, o que é vedado em recurso especial, ante o teor da Súmula nº 7 do Superior Tribunal de Justiça.

3. A matéria referente à abusividade da cobrança dos valores a título de sobreestadia - arts. 413 e 480 do Código Civil (item **f** do relatório), não foi objeto de discussão no acórdão recorrido, tendo em vista que o Tribunal de origem não ponderou

acerca do *quantum* devido, limitando-se a assentar as bases de cálculo, como se vê do seguinte trecho:

Impõe-se, portanto, a reforma da r. sentença hostilizada para condenar a requerida ao pagamento de sobreestadias, nos termos dos quadros acima, que espelham (i) as notas de débito de fls. 26/27, 37/40, 50/53, 62/65, 73 e 92/94, e (ii) a negociação de fls. 211/232, que estendeu o tempo de livre estadia para 30 dias com relação à 'Bill of Lading n. PBNEFQ500' (fls. 84/91), mantendo-se os valores cobrados a título de demurrage a partir do 31º dia. Para conversão dos valores contratuais, aplique-se a taxa de conversão oficial da moeda norte-americana do dia do pagamento. Os valores de condenação devem ser acrescidos de juros moratórios de 1% ao mês, desde a citação, descabendo, por outro lado, correção monetária, ante a utilização da taxa de conversão da moeda norte-americana do dia do pagamento. - **fls. 540.**

Assim, apesar da oposição de embargos de declaração, não se configurou o prequestionamento, o que impossibilita a apreciação da matéria na via especial (Súmulas nº 282/STF e nº 211/STJ).

4. Quanto às teses de não comprovação das datas de descarga e devolução dos contêineres; invalidade dos Termos de Responsabilidade de Sobreestadia de Contêineres; e a contratação de *free time* de 30 (trinta) dias aplicar-se a todas as operações contratadas, assim decidiu o v. acórdão recorrido acerca de cada tese:

Quanto à prova das datas de descarga e devolução dos contêineres - **arts. 192, parágrafo único, 320, 321 e 373, I, do CPC** (item c do relatório):

Tampouco prospera a alegação de insuficiência da documentação encartada aos autos, pois, conforme tabela abaixo, vê-se que a inicial veio instruída com elementos suficientes a comprovar (i) a contratação dos serviços; (ii) a data de embarque dos contêineres; (iii) a data do desembarque no porto; (iv) a data da devolução dos contêineres. - **fls. 527.**

Concernente à invalidade dos Termos de Responsabilidade de Sobreestadia de Contêineres - **arts. 171, II, e 421 do Código Civil** (item d do relatório):

Ora, não é crível a alegação de que a apelada tenha sido coagida a assinar o Termo de Compromisso quando, a bem da verdade, conferiu poderes para a sua procuradora fazê-lo.

Afora isso, a recorrida não trouxe nenhum indício da ocorrência de coação.

Não bastasse, a cláusula 2 dos "termos de responsabilidade sobre devolução de contêineres retirados" firmados entre as partes prevê a cobrança de demurrage (fls. 30/33, 43/46, 56/59, 68/71, 76/79, 86/89, 97/100) - 'Neste ato manifestamos integral conhecimento e anuência com as condições e tarifas de sobreestadia (demurrage) a serem aplicadas por Vs. Sas., sendo de nossa integral responsabilidade o pagamento das mesmas, no evento de não ser respeito o 'período livre' para a devolução dos containers acima identificados, conforme tabela 'tarifa de sobreestadia de containers', descrita abaixo (...)'. - **fls. 533.**

No que tange à contratação de *free time* de 30 dias - **art. 940 do Código Civil** (item e do relatório):

Ao que se verifica da negociação entre as partes, somente resultou a extensão de tempo livre com relação à "Bill of Lading n. PBNEFQ500".

De fato, e-mail enviado por Renata Bidutti do Departamento de Cobranças do Grupo CSAV confirmou que 'as faturas relacionadas ao BL PBNRFA700 foram canceladas e as do BL PBNEFQ500 recalculadas com FT [free time] 30 dias'. Com relação às demais faturas discutidas nestes autos, nada foi dito, permanecendo os termos contratuais na forma como avençados.

Portanto, aplica-se o *free time* de 30 dias exclusivamente com relação aos contêineres TCKU9700325, TCKU9343038, EASU9702830, que se encontram descritos na 'Bill of Lading n. PBNEFQ500'. No mais, há de prevalecer os ajustes contratuais, que prevêm o lapso de 10 dias, somente. - **fls. 536**.

Rever os fundamentos que ensejaram todos esse entendimento - e verificar se estão provadas as datas de descarga e devolução dos contêineres; a invalidade dos Termos de Responsabilidade de Sobreestadia; e a contratação de *free time* por 30 dias - exigiria reapreciação do conjunto probatório, o que é vedado em recurso especial, ante o teor da Súmula nº 7 do Superior Tribunal de Justiça.

5. Relativamente ao prazo prescricional incidente - art. 22 da Lei nº 9.611/98 e art. 8º do Decreto-lei nº 116/67 (item a do relatório), essa questão é iterativa e pacífica na jurisprudência do STJ, tendo esta Corte Superior assentado o entendimento de, em se tratando de transporte unimodal de cargas, é decenal o prazo, na hipótese de não existir previsão contratual de sobreestadia (*demurrage*), e de cinco anos em havendo a previsão contratual, nos termos, respectivamente, do art. 205 e 206, § 5º, I, do Código Civil.

A propósito, confirmam-se alguns precedentes:

PROCESSUAL CIVIL. CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. COBRANÇA POR SOBRE-ESTADIA DE CONTÊINERES. TRANSPORTE MARÍTIMO UNIMODAL. PREVISÃO CONTRATUAL. PRESCRIÇÃO. INOCORRÊNCIA. DECISÃO MANTIDA.

1. '(...) em se tratando de transporte unimodal de cargas, quando a taxa de sobre-estadia objeto da cobrança for oriunda de disposição contratual que estabeleça os dados e os critérios necessários ao cálculo dos valores devidos a título de ressarcimento pelos prejuízos causados em virtude do retorno tardio do contêiner, será quinquenal o prazo prescricional (art. 206, §5º, inciso I, do Código Civil). Caso contrário, ou seja, nas hipóteses em que inexistente prévia estipulação contratual, aplica-se a regra geral do art. 205 do Código Civil, ocorrendo a prescrição em 10 (dez) anos' (REsp n. 1.340.041/SP, Relator Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 24/6/2015, DJe 4/9/2015).

2. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no REsp 1647184/SP, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, julgado em 25/04/2017, DJe 05/05/2017) - grifei.

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. SOBRE-ESTADIA DE CONTÊINERES. PRAZO PRESCRICIONAL. SÚMULA 83 DO STJ. DECISÃO MANTIDA.

1. A partir do julgamento do REsp 1.340.041/SP, na sessão do dia 24/06/2015, DJe de 04/09/2015, a Segunda Seção pacificou a jurisprudência no âmbito das Turmas de Direito Privado, consolidando o entendimento de que, com a entrada em vigor do novo Código Civil, que revogou o artigo 449, III, do Código Comercial, o prazo prescricional para as ações de cobrança de sobre-estadias de contêineres é o quinquenal, quando a cobrança dessa taxa derivar de disposição contratual, e decenal, caso não haja essa previsão no contrato, mostrando-se ilíquida a obrigação.

2. No caso dos autos, consta no acórdão recorrido que o contrato firmado entre as partes é unimodal, ou seja, envolve apenas transporte marítimo, com previsão contratual para cobrança de sobre-estadias, de modo que se aplica à espécie o prazo prescricional de cinco anos, previsto no art. 206, § 5º, I, do Código Civil.

3. Estando o acórdão recorrido em consonância com o entendimento desta Corte, é inafastável a aplicação da Súmula 83/STJ.

4. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 931.668/SP, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 13/09/2016, DJe 29/09/2016)

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. **TRANSPORTE MARÍTIMO. 'DEMURRAGE' DE CONTÊINER. PRESCRIÇÃO QUINQUENAL (ART. 206, § 5º, DO CC).** PRECEDENTES DESTA CORTE. SÚMULAS 83 E 07 DO STJ. DECISÃO MANTIDA.

1. O julgado encontra suporte na jurisprudência do STJ. Incidência, pois, da Súmula 83 deste Tribunal, que veda o conhecimento de recurso especial quando o acórdão recorrido se encontra em harmonia com a orientação firmada nesta Corte Superior.

2. Os argumentos utilizados para fundamentar a pretensa violação legal somente poderiam ter sua procedência verificada mediante o reexame das provas, não cabendo a esta Corte, a fim de alcançar conclusão diversa da estampada no acórdão recorrido, reavaliar o conjunto fático-probatório.

3. Agravo regimental a que se nega provimento.

(AgRg no REsp 1546470/SP, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 02/02/2016, DJe 11/02/2016) - grifei.

AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO ESPECIAL - AÇÃO DE COBRANÇA DE DEMURRAGE - SOBREESTADIA DE CONTÊINERES - PRESCRIÇÃO QUINQUENAL (ART. 206, § 5º, I,

DO CC) OU DECENAL (ART. 205 DO CC), A DEPENDER DA EXISTÊNCIA DE PREVISÃO CONTRATUAL - PRECEDENTES DA SEGUNDA SEÇÃO DO STJ - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE DEU PROVIMENTO AO RECLAMO. IRRESIGNAÇÃO DA RÉ.

1. **É iterativa a jurisprudência do STJ no âmbito da Segunda Seção no tocante ao prazo prescricional para o ajuizamento da ação que busca a cobrança da taxa de sobreestadia de contêineres, sendo que, caso não haja a previsão da referida taxa no contrato celebrado entre as partes, o prazo prescricional será de dez anos, nos termos do art. 205 do CC/2002. Por outro lado, na hipótese de o instrumento contratual prever tal cobrança, a regra de incidência da prescrição será a prevista no art. 206, § 5º, I, do CC/2002, isto é, cinco anos.**

2. Agravo regimental desprovido.

(AgRg no REsp 1479722/SP, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 05/11/2015, DJe 12/11/2015) - grifei.

Ao analisar o caso, o Tribunal de origem assim se posicionou acerca da matéria:

Contudo, a Turma Especial da Seção de Direito Privado II deste Egrégio Tribunal uniformizou a jurisprudência para fixar a aplicação do prazo prescricional decenal, salvo quando existente contrato escrito, oportunidade em que se aplica o prazo de cinco anos - fls. 520.

[...]

Conforme se verifica da documentação carreada aos autos, a devolução dos contêineres deu-se entre agosto de 2011 e janeiro de 2012 (fls. 103/108), ou seja, houve a propositura da presente demanda antes do decurso do prazo de cinco anos para ajuizamento da ação de cobrança (26.08.2013 - fls. 2/6), não havendo que se falar em prescrição. - fls. 524.

Como se vê, esse entendimento está alinhado à jurisprudência desta Corte Superior, razão pela qual incide ao ponto o óbice da Súmula nº 83/STJ.

6. Por fim, no que tange à deduzida afronta ao art. 86 do CPC, sustenta que devem ser recalculadas as verbas sucumbenciais para ser reconhecida a sucumbência recíproca, proporcionalmente, tendo em vista que a recorrida sucumbiu em 10,33% do seu pedido, valor equivalente a US\$ 4,980.00 (quatro mil, novecentos e oitenta dólares americanos).

Nesse ponto, o entendimento do STJ é de que verificar, no caso concreto, se configurada hipótese de sucumbência mínima ou de sucumbência recíproca ensejaria necessário reexame das circunstâncias fático-probatórias, esbarrando no óbice do Enunciado nº 7 de sua súmula de jurisprudência.

A propósito, confira-se:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO

DECLARATÓRIA C/C INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL. INSCRIÇÃO EM CADASTRO DE INADIMPLENTES. APONTAMENTOS ANTERIORES. SÚMULA N. 385/STJ. DANO MORAL INEXISTENTE. REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS. INADMISSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N. 7/STJ. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. REVISÃO. SÚMULA N. 7/STJ. DECISÃO MANTIDA.

1. 'Da anotação irregular em cadastro de proteção ao crédito, não cabe indenização por dano moral, quando preexistente legítima inscrição, ressalvado o direito ao cancelamento' (Súmula n. 385/STJ).

2. O recurso especial não comporta exame de questões que impliquem revolvimento do contexto fático-probatório dos autos (Súmula n. 7 do STJ).

3. No caso concreto, o Tribunal de origem analisou a prova dos autos para concluir pela existência de inscrição negativa preexistente em nome da empresa. Alterar tal conclusão é inviável em recurso especial.

4. A aferição do decaimento das partes em relação ao pedido, para fins de verificação da sucumbência recíproca ou mínima, importa no reexame de matéria fático-probatória, o que é vedado pela Súmula n. 7/STJ.

5. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt nos EDcl no AREsp 1445107/SP, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, julgado em 21/10/2019, DJe 25/10/2019)

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL - AÇÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU PROVIMENTO AO RECLAMO. INSURGÊNCIA DAS DEMANDANTES.

1. Não se conhece da alegada violação do art. 535 do CPC/73, quando a causa de pedir recursal se mostra genérica, sem a indicação precisa dos pontos considerados omissos, contraditórios, obscuros ou que não receberam a devida fundamentação, sendo aplicável a Súmula 284 do STF.

2. No mérito, a Corte Estadual, analisando o conjunto fático-probatório dos autos, entendeu que houve a prorrogação do contrato, estando comprovada a prestação do serviço. A alteração de tais conclusões esbarra nos óbices das Súmulas 5 e 7 do STJ.

3. A verificação da proporção em que cada parte restou vencedora ou vencida, bem como a aferição de sucumbência mínima também são providências que implicam o revolvimento do conjunto fático-probatório dos autos, atraindo a incidência da Súmula 7 do STJ.

4. Agravo interno desprovido.

(AgInt no AREsp 1175506/GO, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 21/10/2019, DJe 23/10/2019)

Todavia, tenho que não se enquadra o presente caso nessa regra geral, tendo em vista que todos os elementos fáticos e numéricos encontram-se devidamente delineados no acórdão recorrido, não restando qualquer dúvida acerca das condições e resultados obtidos para as partes relativamente à decisão judicial proferida.

7. Em verdade, o entendimento do STJ é no sentido de que a sucumbência deve ser aferida de acordo com quantidade de pedidos formulados e também sua extensão, como se verifica dos seguintes julgados:

AGRAVO INTERNO NOS RECURSOS ESPECIAIS. SUCUMBÊNCIA MÍNIMA. INEXISTÊNCIA. CRITÉRIO DE APURAÇÃO. PRECEDENTES DO STJ.

1. Com relação à fixação dos honorários advocatícios, 'a distribuição dos ônus sucumbenciais está relacionada com a quantidade de pedidos requeridos na demanda e o decaimento proporcional das partes em relação a cada pleito'. Precedentes.

2. No caso dos autos, após o julgamento de ambos os recursos especiais, dos quatro pedidos deduzidos pela agravante, apenas três foram julgados procedentes, razão pela qual não há se falar em sucumbência mínima.

3. Nesse cenário, imprescindível proceder ao redimensionamento dos ônus sucumbenciais fixados pela origem, englobando as custas, despesas e honorários advocatícios.

4. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO, COM APLICAÇÃO DE MULTA.

(AgInt nos EDcl no REsp 1814264/SP, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, TERCEIRA TURMA, julgado em 23/09/2019, DJe 25/09/2019)

AGRAVO INTERNO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE REPETIÇÃO DO INDÉBITO. CRÉDITO RURAL. REAJUSTE DO SALDO DEVEDOR. INDEXAÇÃO AOS ÍNDICES DE POUPANÇA. MARÇO DE 1990. BTNF (41,28%). ATUALIZAÇÃO DE DÉBITOS JUDICIAIS. LEI N. 6.899/1981. APLICAÇÃO DE JUROS REMUNERATÓRIOS EM REPETIÇÃO DE INDÉBITO JUDICIAL. INVIABILIDADE. JUROS DE MORA. CONTADOS DA CITAÇÃO. 0,5% AO MÊS ATÉ 10/1/2003. APÓS. 1% AO MÊS. ATUALIZAÇÃO DO INDÉBITO. CORREÇÃO NOS MOLDES DO CONTRATO PRIMITIVO. IMPOSSIBILIDADE. APLICAÇÃO DA LEI 6.899/1981. SUCUMBÊNCIA MÍNIMA CARACTERIZADA.

1. Verifica-se equívoco do acórdão ao tratar o assunto como se estivesse em sede de cumprimento de sentença ou liquidação, ao aduzir que se houve o encerramento da instrução, não mais teria a parte a oportunidade de impugnar o valor a ser executado, uma vez que os autos ainda se encontram na fase de delimitação do direito, antiga fase de conhecimento. Devolvida a matéria em recurso de apelação, deveria o Tribunal de origem ter analisado as alegações da recorrente.

2. A jurisprudência desta Corte firmou entendimento no sentido de que, em regra, não ocorre preclusão na análise de matéria de ordem pública pelas instâncias ordinárias - caso dos juros de mora e correção monetária -, ressalvadas apenas as situações em que a conta de liquidação foi fixada em valor certo, e não há impugnação pela parte interessada. Precedentes.

3. No caso dos autos, há um indébito judicial (diferença da aplicação da variação do BTNF de 41,28% em março de 1990) sobre o qual devem incidir juros de mora e correção monetária. No entanto, esta Corte

Superior entende não ser cabível, no cálculo dos juros de mora da repetição de valores cobrados indevidamente pela instituição financeira, a aplicação de juros remuneratórios previstos no contrato, nos mesmos moldes estabelecidos para a Casa Bancária. Precedentes.

4. No período anterior à vigência do novo Código Civil, os juros de mora são devidos à taxa de 0,5% ao mês (art. 1.062 do CC/1916); após 10/1/2003, devem incidir segundo os ditames do art. 406 do Código Civil de 2002, observado o limite de 1% imposto pela Súmula n.

379/STJ, 5. A correção monetária de débito judicial será feita de acordo com o disposto na Lei n. 6.899/1981, e não considerando os índices da caderneta de poupança.

6. 'A jurisprudência do STJ está pacificada no sentido de adotar, como critério norteador para a distribuição das verbas de sucumbência, o número de pedidos formulados e atendidos' (EDcl no REsp 953.460/MG, Rel. Ministra Nancy Andrigli, Terceira Turma, julgado em 9/8/2011, DJe de 19/8/2011). Na espécie, a procedência da pretensão restitutória dos autores - com a incidência de correção monetária e juros de mora - e o não acolhimento tão somente de um critério de correção de valores estão a indicar a ocorrência de sucumbência mínima, de modo que os ônus sucumbenciais devem ser suportados integralmente pela instituição financeira demandada.

7. Agravo interno de KURAO UENO e OUTRO não provido. Embargos de declaração de BANCO DO BRASIL S.A. prejudicados.

(AgInt no REsp 1329235/PR, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 09/10/2018, DJe 15/10/2018)

RECURSO ESPECIAL. INSTITUIÇÃO FINANCEIRA. LIQUIDAÇÃO EXTRAJUDICIAL. OBRIGAÇÕES. JUROS MORATÓRIOS. SUSPENSÃO. TERMO INICIAL. DECRETO DE LIQUIDAÇÃO. CORREÇÃO MONETÁRIA. INCIDÊNCIA. SUCUMBÊNCIA RECÍPROCA. RECONHECIMENTO.

1. Fica suspensa a fluência de juros contra a instituição financeira, sejam legais ou contratuais, a partir do decreto de liquidação até o pagamento do passivo. Na hipótese de sobejar alguma quantia após a satisfação do principal, os juros serão pagos respeitada a ordem estabelecida no quadro geral de credores. Precedente.

2. A princípio, a Lei nº 6.024/1974 suspendia a incidência de correção monetária sobre as dívidas da instituição financeira em liquidação extrajudicial. Porém, o art. 18, 'f', da referida lei foi modificado, no ponto, pelo Decreto-Lei nº 1.477/1976, que prevê a incidência de correção monetária sobre a totalidade das obrigações de responsabilidade das entidades sob regime de liquidação extrajudicial.

3. A distribuição dos ônus sucumbenciais está relacionada com a quantidade de pedidos requeridos na demanda e o decaimento proporcional das partes em relação a cada pleito. O acolhimento de apenas um dos pedidos dentre dois realizados implica sucumbência recíproca.

4. Recurso especial parcialmente provido.

(REsp 1646192/PE, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 21/03/2017, DJe 24/03/2017)

O pleito lastreava-se na suposta ilegalidade de cobrança de sobreestadia atinente a 20 contratos de locação de contêineres, no valor de aproximados US\$ 48,207.00 (quarenta e oito mil, duzentos e sete dólares americanos).

O pedido foi julgado parcialmente procedente somente quanto à *Bill of Lading n. PBNEFQ500* (equivalente a 1/20 avos ou 5% do rol de pedidos), tendo o Tribunal de origem assim consignado acerca da sucumbência:

Não há, entretanto, que se falar em redistribuição dos ônus sucumbenciais, haja vista que a autora foi vencedora na maior parte de seu pedido. Ora, como bem destacou a própria embargante, a perda da autora restringe-se a 10,33% do pedido principal, sagrando-se vencedora, por conseguinte, nos demais 89,67%, o que, evidentemente, caracteriza sucumbência mínima da demandante. Logo, deve a ré arcar integralmente com as custas e honorários advocatícios. - fls. 572.

Entendo, diante desse contexto fático bem delineado, que efetivamente configurada a sucumbência mínima, pois a parte ré, ora agravada, obteve êxito na maior parte dos pedidos formulados na exordial, caracterizando-se, no máximo, a sucumbência mínima, mas não recíproca.

8. Ante o exposto, conheço em parte do agravo para, nessa parte, negar provimento ao recurso especial.

Havendo nos autos prévia fixação de honorários de advogado pelas instâncias de origem, determino a sua majoração, em favor da parte agravada, no importe de 10% sobre o valor já arbitrado, nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, observados, se aplicáveis, os limites percentuais previstos nos §§ 2º e 3º do referido dispositivo legal, bem como eventual concessão da gratuidade da justiça.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO

Relator